



PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS VINCULADOS AO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

TERMO DE PARCERIA Nº 817052/2015

**Meta 02, Etapa 02 - Diagnóstico sobre os processos e procedimentos de
produção de estatísticas e análise de informações dos Estabelecimentos
Prisionais Federais, Estaduais e do Distrito Federal.**

05 de julho de 2016

Secretaria Nacional de
Segurança Pública

Departamento
Penitenciário Nacional

Ministério da
Justiça

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

APRESENTAÇÃO

Este relatório se insere no projeto: Pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário, referente ao termo de parceria N° 817052/2015 estabelecido entre o Ministério da Justiça e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP. Trata-se da Meta 02 “Diagnóstico sobre os processos e procedimentos de produção de estatísticas e análise de informações em segurança pública e sistema prisional das Unidades da Federação e do Governo Federal”, cujo objetivo é mapear os processos e procedimentos utilizados na coleta de dados e informações, sistemas estaduais de registro e tratamento de dados e informações, metodologias de tratamento, análise e divulgação de dados e informações, fluxos de registro de dados e informações, integração entre os sistemas das instituições, estruturas organizacionais dos setores de produção de dados e informações, atividades desenvolvidas por estes setores, recursos humanos e perfil dos profissionais envolvidos. A etapa 01 refere-se aos casos da segurança pública e este relatório é o resultado da etapa 02, concernente ao sistema penitenciário.

Conhecer a situação da população prisional é condição necessária para o desenvolvimento de uma política pública consistente na área. Para isso é fundamental a produção de dados e informações sistematizadas e consistentes, cujos desafios políticos, de recursos e infraestrutura são inúmeros. Daí a necessidade de conhecer as condições de produção existentes e fomentar o seu desenvolvimento.

Para realização desse trabalho foi necessário contar com o engajamento dos gestores estaduais da área, identificados nos estados como os pontos focais para o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, junto ao Departamento Penitenciário Nacional - Depen. Gostaríamos de agradecer a todos os gestores que gentilmente cederam seu tempo e atenção para este processo. Queremos agradecer especialmente aos gestores Karoline Sousa Rocha, assessora técnica na Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia e Rubens Ramos, coordenador de Sistemas e Estatísticas do Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina pela realização do pré-teste do instrumento de coleta.

De maneira similar ao processo de profissionalização que tem ocorrido na área de produção de dados na segurança pública, o governo federal tem um papel relevante na indução desse processo em relação à gestão do sistema prisional. Esperamos que este relatório forneça subsídios para uma política consistente nessa direção.

Ficha Institucional

Conselho de Administração

Humberto de Azevedo Viana Filho
(Presidente)

Elizabeth Leeds – (Presidente de Honra)

Renato Sérgio de Lima (Vice Presidente)

Cássio Thyone Almeida de Rosa

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Haydée Glória Cruz Caruso

Jacqueline de Oliveira Muniz

Luciene Magalhães de Albuquerque

Marcos Aurelio Veloso e Silva

Marlene Ines Spaniol

Luis Flavio Sapori

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Silvia Ramos de Souza

Conselho Fiscal

Edson M. L. S. Ramos

Sérgio Roberto de Abreu

Equipe Executiva

Vice Presidente/Relações Institucionais

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação Institucional

Patrícia Nogueira Pröglhöf

Coordenação de Projetos

Olaya Hanashiro

Equipe Técnica

Cauê Martins

David Marques

Marina Santos

Roberta Astolfi

Stefanie Prandi

Equipe Administrativa

Amanda Gouvêa

Débora Lopes

Karina Nascimento

Sueli Bueno

Ficha Técnica do Termo de Parceria N° 817052/2015

Supervisão Geral

Renato Sérgio de Lima

Coordenação do Projeto

Túlio Kahn

Coordenação Técnica

Olaya Hanashiro

Pesquisadoras

Samira Bueno

Patrícia Nogueira Pröglhöf

Roberta Astolfi

Marina dos Santos (Estagiária)

Stefanie Prandi (Estagiária)

Assistência Financeira e Administrativa

Débora Lopes

Auxílio Administrativo

Karina Nascimento

Lista de abreviaturas e siglas

Anipes - Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística

Depen - Departamento Penitenciário Nacional

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Infopen – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SISPEN - Sistema de Informações Penitenciárias.

TI – Tecnologia da Informação

UF – Unidades federativas

SUMÁRIO

Apresentação	2
1. Sobre a coleta, tratamento e análise dos dados.....	9
2. Perfil do setor que produz informações sobre o sistema prisional nos estados	11
3. Estrutura e recursos humanos	15
4. Publicização e uso dos dados.....	29
5. O Sistema Penitenciário Federal	37
6. Conclusões	39
Anexo I - Estrutura Institucional da Administração Penitenciária nas unidades da federação	40
Anexo 2 – Instrumento de coleta junto aos estados	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Vinculação institucional.....	11
Tabela 2. Marco legal de criação do setor/departamento	12
Tabela 3. Quantidade de profissionais trabalhando no setor por função	15
Tabela 4. Quantidade de profissionais por função: existente e ideal. Estatístico, agente penitenciário e estagiário.....	16
Tabela 5. Quantidade de profissionais por função: existente e ideal. Analista de sistemas, programador, analista de suporte e técnico de suporte.	18
Tabela 6. Quantidade de computadores no setor	18
Tabela 7. Recursos existentes no setor.....	19
Tabela 8. Cobertura da informação estatística.....	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - A criação e as atribuições e competências deste setor estão descritas em alguma portaria, boletim, decreto, regimento ou outro documento institucional?	12
Gráfico 2 - Quais são as atividades desenvolvidas por este setor?	13
Gráfico 3 - Quantidade de profissionais de estatística: existente e ideal.....	17
Gráfico 4 - Indique as maiores dificuldades na produção de análises estatísticas e relatórios mais detalhados	19
Gráfico 5 - Existe alguma resolução ou portaria da secretaria para envio de estatísticas por parte das unidades para o órgão/setor?	20
Gráfico 6 - Existe alguma resolução ou portaria da secretaria estipulando fluxos e prazos para envio das estatísticas por parte do órgão/setor para o Depen?	21
Gráfico 7 - Existe algum procedimento formal de controle adotado para checar a consistência dos dados?.....	22
Gráfico 8 - Existe alguém responsável pela qualidade de dados?	23
Gráfico 9 - Os procedimentos de coleta, preenchimento e estatísticas são auditados posteriormente por algum órgão externo?	23
Gráfico 10 - Forma de recebimento das informações pelo setor central de produção da informação.	24
Gráfico 11 - Existe sistema informatizado especializado para inserção dos dados dos presos e/ou estabelecimento?.....	25
Gráfico 12 - Esse sistema prevê algum tipo de checagem automática de consistência dos dados, no momento da entrada?	26
Gráfico 13 - Este sistema prevê tabelas de auxílio ao preenchimento, com campos previamente estabelecidos (ex: tabela de naturezas criminais) ou o preenchimento é livre?	27
Gráfico 14 - O órgão de estatística tem acesso aos dados individuais de cada preso ou apenas a dados estatísticos agregados por unidade	27
Gráfico 15 - É comum que para um mesmo indivíduo haja mais de uma condenação ou processo ou indiciamento. Nestes casos, como é feita a contagem da natureza do crime que motivou a prisão para efeitos das estatísticas?	28
Gráfico 16 - As estatísticas penais/penitenciárias são publicadas em diário oficial, site da secretaria ou tornadas públicas de alguma outra forma?.....	29
Gráfico 17 - Com que periodicidade as estatísticas são publicadas?	30
Gráfico 18 - Quais variáveis são tornadas públicas?.....	31
Gráfico 19 - Com qual nível de desagregação os dados estatísticos são publicados?.....	32
Gráfico 20 - Reuniões de análise e planejamento são realizadas periodicamente pelos gestores nas quais os dados estatísticos são apresentados e analisados?.....	33
Gráfico 21 - A base de dados é disponibilizada sistematicamente para uso de estudiosos e acadêmicos que pretendem explorá-las?.....	34
Gráfico 22 - O Estado envia regularmente suas estatísticas criminais para o Depen?.....	35
Gráfico 23 - Existe sistema informatizado integrando as informações da sua organização com essas instituições?	36

1. SOBRE A COLETA, TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Este levantamento foi realizado através de um formulário enviado aos gestores estaduais para auto preenchimento. Foram contatados gestores estaduais que, junto ao Departamento Penitenciário Nacional - Depen, são os pontos focais para o levantamento nacional de informações penitenciárias, com algumas atualizações que se mostraram necessárias.

O questionário, inspirado no Diagnóstico dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública realizado pelo FBSP em 2010¹, foi aplicado à plataforma de pesquisa *Fluidsurveys* e pré-testado com a colaboração de dois gestores estaduais². Após as correções julgadas necessárias a partir do pré-teste, os questionários foram disponibilizados para preenchimento entre 23 de maio e 27 de junho de 2016.

A equipe de pesquisa fez o acompanhamento do preenchimento junto aos gestores obtendo como resultado final o preenchimento completo e válido para 21 UFs:

- Alagoas
- Amazonas
- Amapá
- Bahia
- Ceará
- Espírito Santo
- Goiás
- Maranhão
- Minas Gerais
- Mato Grosso do Sul
- Mato Grosso
- Pará
- Paraíba
- Pernambuco
- Piauí
- Paraná
- Rondônia
- Rio Grande do Sul
- Santa Catarina
- Sergipe
- Tocantins

Coleta adicional foi realizada consultando-se os *sites* oficiais dos governos estaduais para dar um retrato da estrutura institucional da área de administração penitenciária nas UFs e mapear a

¹ FBSP, SENASP/MJ. Diagnóstico dos Sistemas Estaduais de Segurança Pública. Termo de Parceria 752962/2010 - Meta 01. São Paulo: 2010.

² Karoline Sousa Rocha, assessora técnica na Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia e Rubens Ramos, coordenador de Sistemas e Estatísticas do Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina.

divulgação de algum tipo de informação estatística por parte dos estados, caso existissem. Essa coleta foi realizada entre 20 e 28 de junho de 2016.

A preparação dos dados apontou algumas inconsistências que, dado o tamanho reduzido do universo de pesquisa, foi possível corrigir em contato direto com os respondentes. Uma informação relevante que irá aparecer na análise de diversos trechos ao longo deste relatório, é que em uma das UFs o respondente declarou não possuir um setor de produção de dados. Uma opção seria excluir a resposta da análise, mas a decisão tomada foi por manter a resposta uma vez que o estado em questão realiza o preenchimento periódico do Infopen e, portanto, mesmo sem um setor especializado, tem seus dados incluídos nos levantamentos nacionais.

Gráficos e tabelas foram gerados a partir das ferramentas da plataforma *Fluidsurvey* e também no *software* Microsoft Excel. Finalmente, a análise descritiva foi realizada pela equipe com a supervisão do coordenador.

2. PERFIL DO SETOR QUE PRODUZ INFORMAÇÕES SOBRE O SISTEMA PRISIONAL NOS ESTADOS

Pelo levantamento realizado nos *sites* dos governos estaduais, constatou-se que 9 UFs possuem uma Secretaria de Estado própria para a administração penitenciária, como nos casos da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo que possuem grandes populações prisionais, mas também no o caso do estado de Alagoas cuja população prisional está em torno de 6 mil pessoas³.

Vê, portanto que a criação de uma pasta específica para lidar com o tema é reflexo não apenas do tamanho da população prisional, mas também uma decisão política do governo estadual de priorizar a questão.

Tabela 1. Vinculação institucional⁴

Vinculação institucional	Quantidade
Secretaria própria de administração penitenciária	9
Autarquia, setor ou coordenação dentro da Secretaria de Justiça	14*
Autarquia, setor ou coordenação dentro da Secretaria de Segurança Pública ou Defesa Social	3

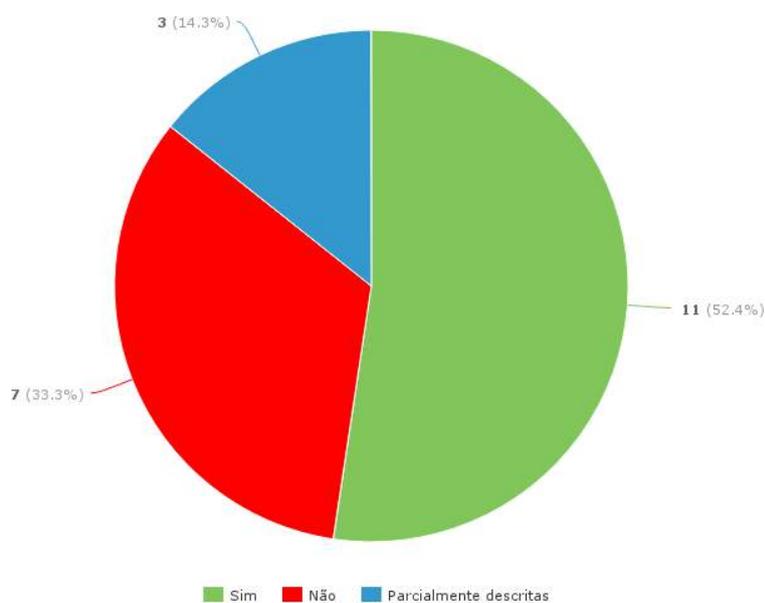
*No estado do Mato Grosso do Sul, a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário é vinculada à Secretaria de Justiça e Segurança Pública.

O marco legal de criação do setor de estatísticas prisionais e atribuição de suas competências é um bom indicador de compromisso com a produção desses dados e está presente, pelo menos parcialmente, em 14 das 21 Unidades da Federação que responderam à pesquisa.

³ Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisonal/levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>

⁴ Ver o anexo 1 para as informações detalhadas para cada UF.

Gráfico 1 - A criação e as atribuições e competências deste setor estão descritas em alguma portaria, boletim, decreto, regimento ou outro documento institucional?



Dos 14 gestores que informaram que seus estados tinha algum marco legal de criação do setor, 12 informaram os dados de identificação da lei, decreto, portaria, etc., conforme a tabela a seguir.

Tabela 2. Marco legal de criação do setor/departamento

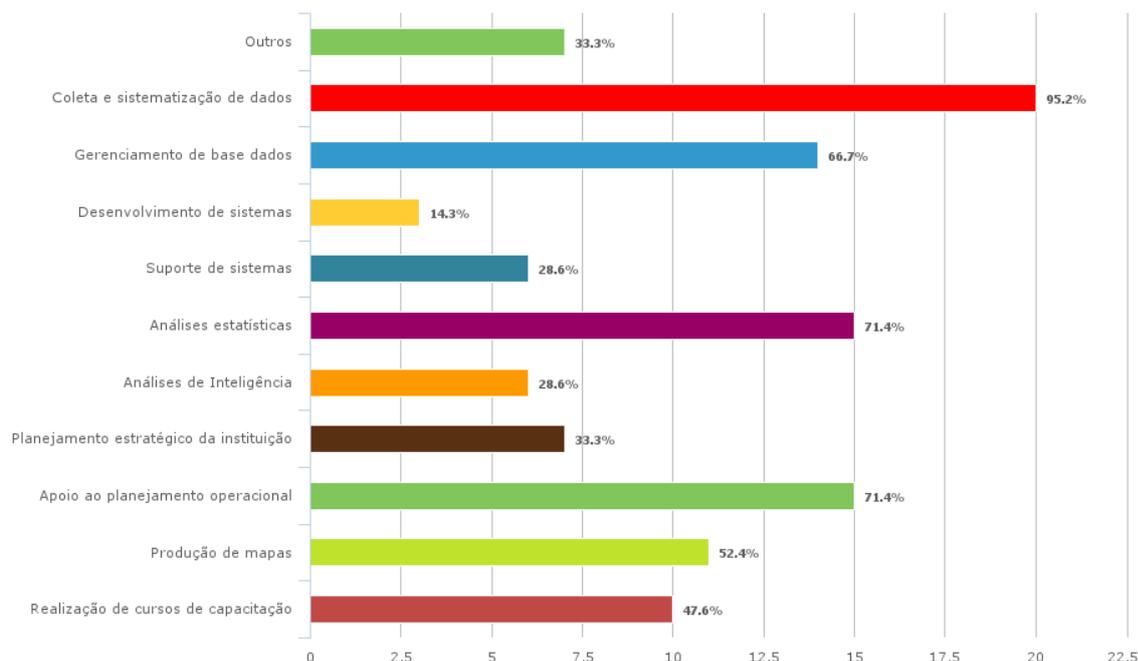
UF	Marco legal de criação do setor/departamento
Alagoas	Portaria 355/13/SERIS
Bahia	Decreto Estadual Nº 16.457 de 09 de dezembro de 2015
Espírito Santo	Portaria 079 SEJUS
Mato Grosso	Lei Estadual nº 10290/2015
Mato Grosso do Sul	DO nº 2706 de 18/12/1989, pag 12 art. 26
Minas Gerais	Decreto 45870 de 30/12/2011
Pará	8322/2015
Paraná	Regimento interno sem numero consta no site do DEPEN do Paraná
Pernambuco	Portaria 11/2008
Rio Grande do Sul	Decreto nº 48.278/2011
Rondônia	Lei Complementar nº 827/2015, de 15 de julho de 2015
Santa Catarina	Lei 529/2011 e Instrução Normativa 001/Deap

A população prisional brasileira cresce em ritmo intenso nas últimas décadas e os estados precisam planejar adequadamente os recursos necessários para atender a esta demanda. Um setor de estatística bem estruturado é necessários para estimar esta demanda: quantas vagas precisarão ser geradas nos anos seguintes, quantos funcionários contratados, qual deve ser o orçamento da pasta, o custo da custódia por preso, quais as doenças mais comuns, quantas foram e onde ocorreram as

fugas e rebeliões, etc. Sem um setor estruturado para a coleta e análise destas informações, o poder público não tem como fazer o planejamento estratégico do setor prisional

Elencar o rol de atividades desenvolvidas pelo setor de estatística permite aferir o funcionamento dos setores que produzem a informação sobre o sistema prisional nos estados. Uma vez que o questionário foi direcionado aos gestores (pontos focais) do Infopen nos estados, era de se esperar que todos afirmassem realizar atividades de coleta e sistematização de dados, mas uma UF não incluiu essa opção. O respondente que não realiza atividades de coleta e sistematização de dados

Gráfico 2 - Quais são as atividades desenvolvidas por este setor?



escolheu apenas a alternativa “outros” e, na descrição da opção outros, anotou que “Não existe o setor”, o que torna a resposta consistente⁵. O mais provável é que esta atividade só aconteça no estado quando demandada pela coleta do Departamento Penitenciário Nacional e seja atribuída a um funcionário não dedicado.

Note-se a afinidade do setor de estatística com o desenvolvimento e suportes de sistemas e gerenciamento de base de dados: não raramente os dados são extraídos dos sistemas operacionais existentes para acompanhar a situação jurídica do preso (tempo de pena, faltas internas, indultos, etc.) e aproveitadas para outras finalidades de natureza estratégica. É comum que os profissionais de TI atendam as demandas por informações relativas ao sistema prisional. Observe-se também a prevalência (28,6%) de atividades de inteligência, atividade tipicamente policial e que não se confunde com a análise de dados estatísticos.

⁵ A manutenção desta resposta na análise está explicada na seção “02 :Sobre a coleta, tratamento e análise dos dados”.

Uma observação interessante é que mais da metade dos setores produz mapas estatísticos, e uma boa parte deles (48%) realiza cursos de capacitação com sua equipe, o que pode indicar um esforço no sentido do aperfeiçoamento da produção de informação.

Das demais respostas descritas em “outros”, encontramos apenas uma atividade que parecia não guardar nenhuma afinidade com a produção de dados: “a aquisição de arma de uso restrito”. Por outro lado, cinco respostas incluíram descrições que apontam a afinidade do setor de produção de dados com os setores de tecnologia da informação. Nessas respostas, os gestores afirmaram que o setor:

- “Planeja, implementa e gerencia o atendimento, o suporte técnico e a infraestrutura necessária ao funcionamento dos serviços e soluções de Tecnologia da Informação”;
- “Planeja, implementa e gerencia o desenvolvimento e manutenção dos sistemas necessários para o funcionamento dos serviços e soluções de Tecnologia da Informação”;
- “Realiza manutenção dos computadores das unidades prisionais”;
- “Realiza manutenção e instalação de rede cabeada”;
- “Desempenha outras atividades relacionadas à Tecnologia da Informação, de acordo com os objetivos, a missão e funções da autarquia”.

Embora essa não seja uma interação ruim e pode ser até mesmo necessária para estados que desenvolvem sistemas de coleta de informação, vale apontar que a área de produção da informação parece ter um grau de estruturação desigual entre os estados. Uma área plenamente estruturada de produção de dados tenderia a se autonomizar das áreas de tecnologia da informação e/ou infraestrutura de informática.

3. ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

Outro ponto importante para compreender o funcionamento dos setores de produção de dados é o perfil de recursos humanos. Das 21 UFs que responderam ao questionário, 14 têm ao menos um estatístico no setor, um indicador de que a prática de produção de dados tem ganhado alguma especialização. Já os profissionais envolvidos com o desenvolvimento de sistemas - analista de sistemas, programador, analista de suporte e técnico de suporte - ainda são escassos, um indicador de que poucos estados possuem ou estão em vias de possuir sistemas informatizados de controle de informação, seja sistema transacional ou estatístico. Pode ser o caso de que outra autarquia ou setor forneça serviços de tecnologia de informação e desenvolvimento de sistemas, o que ficou claro no caso do Rio Grande do Sul, em que o gestor esclareceu em campo complementar “Não há necessidade de profissionais de informática, pois somos atendidos pela Cia. de Processamento de Dados do RS - PROCERGS”.

Tabela 3. Quantidade de profissionais trabalhando no setor por função

Quantidade de profissionais trabalhando no setor por função							
	Estatístico	Analista de sistemas	Programador	Analista de suporte	Técnico de suporte	Agente penitenciário	Estagiário
0	6	15	17	17	16	7	14
Não sabe dizer	0	0	0	0	0	0	0
de 1 a 3	11	6	4	2	3	9	5
Mais que 3	3	0	0	2	2	3	0

Quando perguntados sobre a quantidade ideal de profissionais, segundo as mesmas funções acima, os gestores evidenciaram a necessidade de uma melhora na estrutura de recursos humanos que atenda às demandas do setor de produção de estatística.

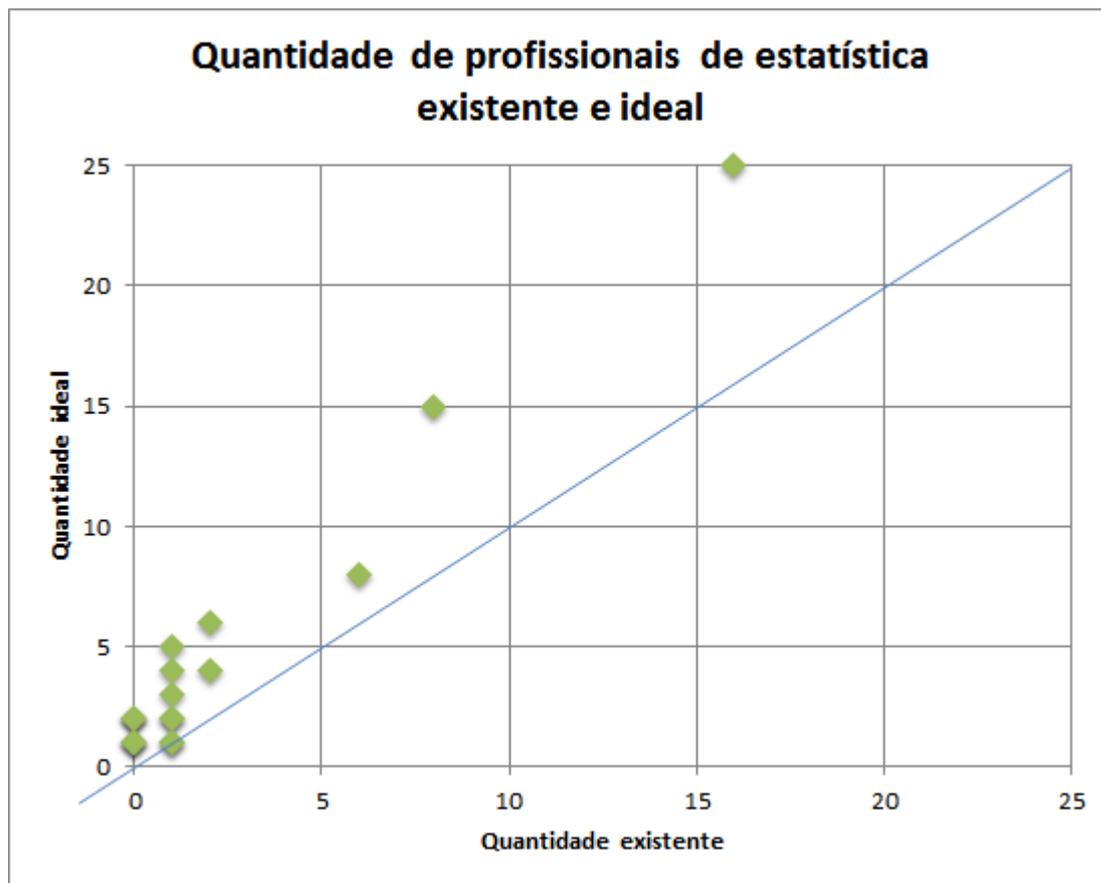
As duas tabelas a seguir ilustram as situações de cada UF no que se refere à quantidade de profissionais existentes e ideais. No caso de estatísticos, nenhuma UF considerou a função desnecessária (quantidade ideal igual a zero), embora três não tenham sabido responder. Quatro UFs consideram desnecessário agentes penitenciários no setor, ao passo que os estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Rondônia apresentaram uma demanda considerável para esses profissionais. Estagiários também não aparecem em grande demanda, talvez essa não seja uma área percebida como adequada para profissionais em formação por parte dos gestores consultados. Outra interpretação possível é que em setores com escassez de mão de obra, a presença de estagiários, que demandam treinamento e atenção extra, seja mais um ônus para servidores já sobrecarregados.

Tabela 4. Quantidade de profissionais por função: existente e ideal. Estatístico, agente penitenciário e estagiário.

UF	Estatístico			Agente penitenciário			Estagiário		
	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal
AL	0	1	0%	0	0	Desnecessário	0	1	0%
AM	1	1	100%	0	0	Desnecessário	1	3	33%
AP	0	2	0%	0	2	0%	0	2	0%
BA	6	8	75%	2	4	50%	3	4	75%
CE	0	1	0%	1	3	33%	0	1	0%
ES	2	4	50%	0	0	Desnecessário	1	4	25%
GO	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder
MA	1	4	25%	0	0	Desnecessário	0	0	Desnecessário
MG	16	25	64%	15	24	63%	0	0	Desnecessário
MS	1	2	50%	3	6	50%	0	1	0%
MT	0	2	0%	11	30	37%	0	0	Desnecessário
PA	2	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder	2	4	50%
PB	1	Não soube responder	Não soube responder	1	Não soube responder	Não soube responder	0	Não soube responder	Não soube responder
PE	8	15	53%	3	8	38%	2	4	50%
PI	2	6	33%	1	5	20%	0	0	Desnecessário
PR	0	2	0%	0	8	0%	0	3	0%
RO	1	5	20%	13	75	17%	0	Não soube responder	Não soube responder
RS	0	1	0%	1	1	100%	0	0	Desnecessário
SC	1	1	100%	3	6	50%	0	0	Desnecessário
SE	1	2	50%	0	2	0%	0	1	0%
TO	1	3	33%	3	6	50%	Não soube responder	Não soube responder	Não soube responder

Ainda em relação à função de estatístico, que é o tipo de profissional com a demanda mais constante, o eixo cartesiano a seguir apresenta, para cada resposta, o ponto formado entre a quantidade ideal e a quantidade existente. Pontos sobre a linha representam uma situação em que o número de profissionais existentes é visto como suficiente pelos gestores; pontos acima da linha são os casos em que há menos profissionais do que é considerada a quantidade ideal. A função de estatístico aparece como deficitária em todos os casos em que houve resposta, com exceção de um caso em que havia uma quantidade ideal desse profissional no setor. Por outro lado é interessante notar que na maior parte dos casos é possível inferir que, embora seja um profissional demandado, aparentemente não é necessária uma grande quantidade de pessoas exercendo a função para que o departamento funcione de forma adequada - em oito casos, a quantidade considerada ideal é de até cinco profissionais.

Gráfico 3 - Quantidade de profissionais de estatística: existente e ideal



Profissionais da área de TI não são demandados por todas as UFs, em pelo menos um caso, o do Rio Grande do Sul, sabemos que esse tipo de função é realizada por um setor externo à área. De qualquer modo, a quantidade de setores com inexistência desses profissionais da área de tecnologia da informação é bastante elevada: as células em vermelho com zero por cento indicam que o gestor considera o profissional necessário e não dispõe de nenhum. A disponibilidade desse tipo de serviço para o desenvolvimento de sistemas que armazenem e tratem dados é fundamental, embora esse possa ser provido interna ou externamente, conforme a estrutura possível em cada caso.

Tabela 5. Quantidade de profissionais por função: existente e ideal. Analista de sistemas, programador, analista de suporte e técnico de suporte.

UF	Analista de sistemas			Programador			Analista de suporte			Técnico de suporte		
	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal	Quantidade existente	Quantidade ideal	% do efetivo em relação ao ideal
AL	0	1	0%	0	1	0%	0	0	Desnecessário	0	0	Desnecessário
AM	0	1	0%	0	0	Desnecessário	0	1	0%	0	1	0%
AP	0	2	0%	0	3	0%	0	1	0%	0	3	0%
BA	0	Não soube responder	Não soube responder	0	Não soube responder	Não soube responder	0	Não soube responder	Não soube responder	0	Não soube responder	Não soube responder
CE	0	0	Desnecessário									
ES	0	2	0%	0	2	0%	0	2	0%	0	2	0%
GO	1	3	33%	1	3	33%	4	8	50%	6	8	75%
MA	0	0	Desnecessário	0	1	0%	0	0	Desnecessário	0	2	0%
MG	0	3	0%	0	3	0%	0	Não soube responder	Não soube responder	0	Não soube responder	Não soube responder
MS	0	1	0%	0	1	0%	0	1	0%	0	1	0%
MT	0	2	0%	0	2	0%	0	0	Desnecessário	0	0	Desnecessário
PA	2	4	50%	2	4	50%	4	5	80%	13	40	33%
PB	0	Não soube responder	Não soube responder	0	Não soube responder	Não soube responder	0	Não soube responder	Não soube responder	0	Não soube responder	Não soube responder
PE	1	3	33%	1	3	33%	0	1	0%	2	3	67%
PI	1	4	25%	0	4	0%	1	5	20%	1	6	17%
PR	0	1	0%	0	1	0%	0	1	0%	0	1	0%
RO	0	2	0%	0	2	0%	0	5	0%	0	15	0%
RS	0	0	Desnecessário									
SC	2	4	50%	1	2	50%	0	0	Desnecessário	0	0	Desnecessário
SE	0	1	0%	0	1	0%	0	1	0%	0	1	0%
TO	3	6	50%	0	2	0%	1	2	50%	3	6	50%

Em relação à quantidade de computadores no setor, estrutura indispensável para o manejo de dados, a única Unidade da Federação que declarou não possuir nenhum computador é aquela em que não há o setor de produção estatística, o que torna a resposta consistente. A maioria dos setores trabalha com mais de três computadores, entre desktops e notebooks.

Tabela 6. Quantidade de computadores no setor

Quantidade de computadores no setor (computadores pessoais, portáteis ou não)	
0	1
Não sabe dizer	0
de 1 a 3	9
Mais que 3	11

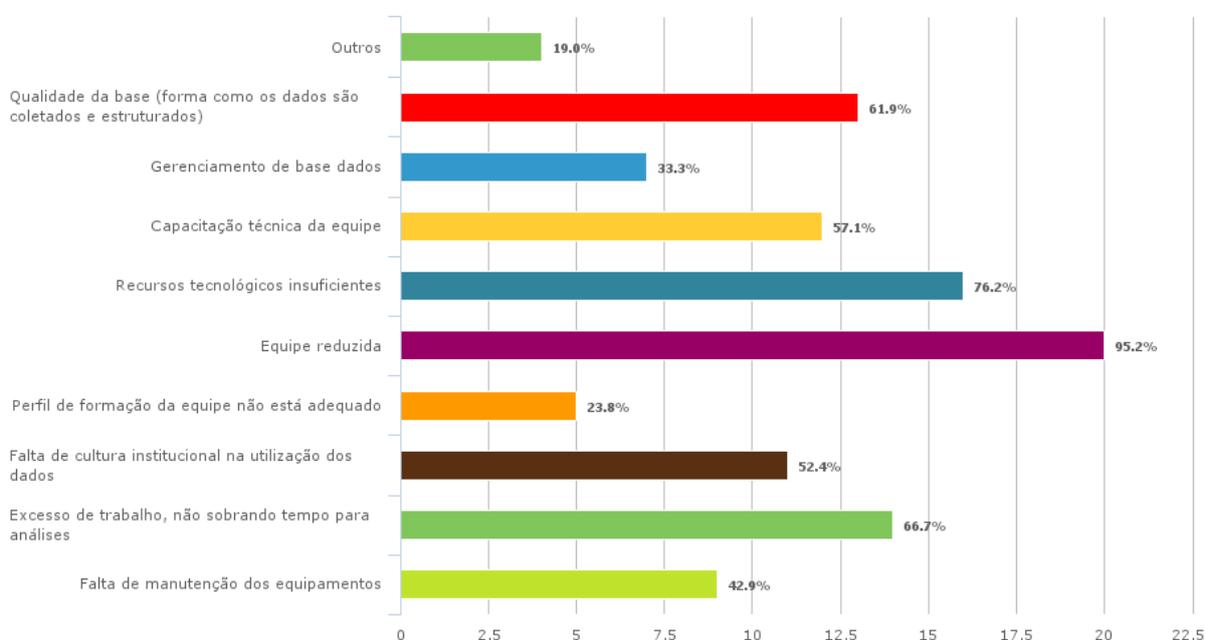
O acesso à internet banda larga apareceu para todos os setores, com exceção, por motivos compreensíveis, daquela UF onde não há o setor. Mas é importante pontuar que nem todos os estados responderam ao questionário, sendo que é possível que ainda haja algum departamento que não conte com este recurso, hoje, considerado básico para o funcionamento da administração pública.

Tabela 7. Recursos existentes no setor

Recursos existentes no setor				
	Computador servidor	Impressora de grande formato (plotter)	Scanner	Internet banda larga
Sim	8	11	12	20
Não	12	10	9	0
Não sabe dizer	0	0	0	0

Apenas um gestor não apontou a opção “equipe reduzida” como um fator de dificuldade para a produção de análises estatísticas e relatórios mais detalhados, justamente o respondente que indicou que o setor é inexistente, mostrando de forma eloquente a dificuldade enfrentada na produção de dados e análises. O segundo problema mais frequentemente apontado foi a existência de recursos tecnológicos insuficientes, seguido pelo excesso de trabalho que não deixa tempo para análise e pela qualidade da base. Uma opção que não estava disponível no questionário e apontada por um gestor em “outros” foi “falta de capacitação dos servidores da ponta, na alimentação do sistema” - é possível que se essa opção estivesse disponível, outros gestores a teriam escolhido.

Gráfico 4 - Indique as maiores dificuldades na produção de análises estatísticas e relatórios mais detalhados

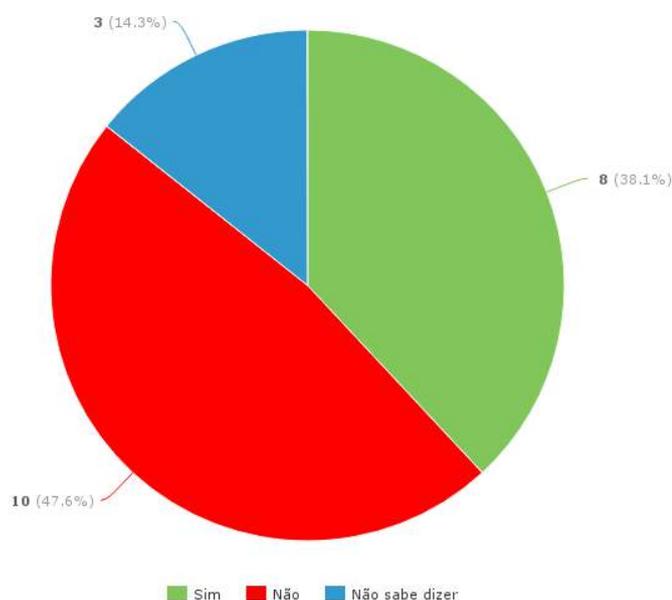


Esta é uma área em que o Depen pode atuar, ajudando a capacitar os funcionários responsáveis pela coleta e envio de dados que são necessários ao Governo Federal. O momento de instalação do Sisdepen nos Estados pode ser uma boa oportunidade para o treinamento dos profissionais do setor

de produção de dados e deve atenuar problemas como qualidade da base, gerenciamento da base e falta de recursos tecnológicos, entre outros.

Das 21 UFs consultadas, apenas 8 informaram que há uma portaria que regulamenta o envio de estatísticas para a unidade central de coleta e processamento. O mais importante é ver essa informação à luz da resposta a respeito de sistema integrado. Das 10 UFs que não tem uma norma para envio de estatísticas para um órgão central, 6 também não possuem um sistema *online* integrando as unidades prisionais a um órgão/setor central. Isso quer dizer que essas seis unidades estão em uma situação em que a produção da informação não goza de uma garantia sólida na organização institucional.

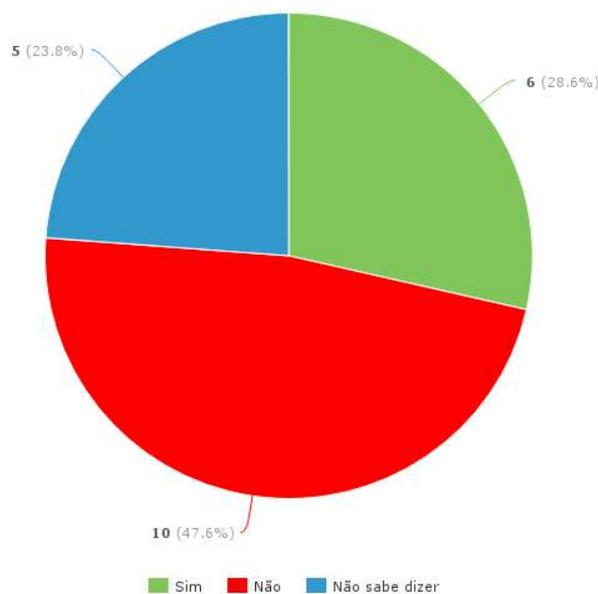
Gráfico 5 - Existe alguma resolução ou portaria da secretaria para envio de estatísticas por parte das unidades para o órgão/setor?



Já o envio de informações do órgão central para o Departamento Penitenciário Nacional, que tem a prerrogativa legal de supervisionar e assistir as UFs⁶ na aplicação da política penal em todo o território brasileiro, não está prevista em 10 das 21 respostas obtidas. A forma e o período de coleta dos dados penitenciários por parte do Depen junto às UFs mudou algumas vezes ao longo dos anos. É possível uma estabilidade maior por parte do órgão federal no futuro tenha como consequência a produção de normas estaduais a esse respeito.

⁶ Art. 72. da lei de execução penal, Nº 7.210/1984.

Gráfico 6 - Existe alguma resolução ou portaria da secretaria estipulando fluxos e prazos para envio das estatísticas por parte do órgão/setor para o Depen?



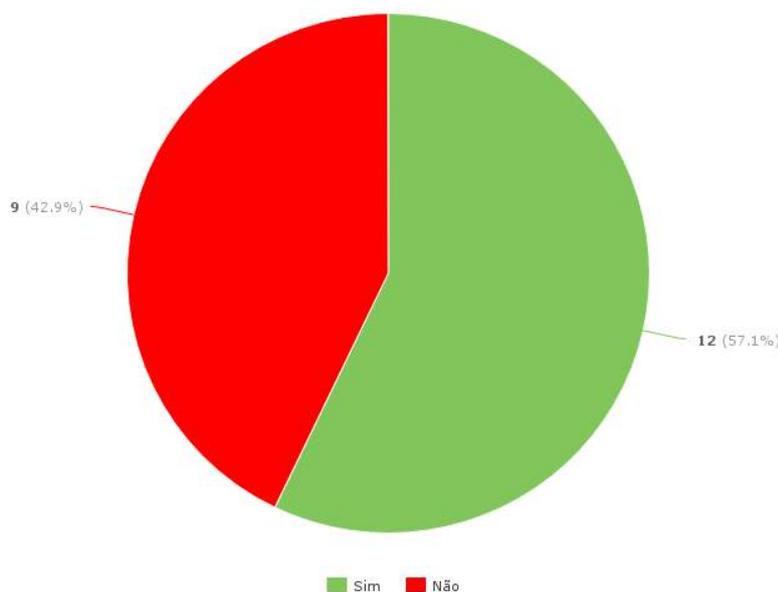
12 UFs afirmaram possuir procedimentos formais de controle de consistência de dados. Esses dados foram descritos das seguintes formas:

- Controle semanal através de relatório extraídos do *business objects*, por tipo de inconsistência e repassado a cada Unidade para proceder com a correção. Toda inconsistência é pontuada através de notas e informada a todas as Unidades Prisionais responsáveis pela alimentação do sistema de Informação.
- São confirmadas as informações lançadas no Sistema de Informações Penitenciárias com o Mapa da População Prisional, confirmando as quantidades "lógicas" com as "físicas".
- São feitas auditorias nas unidades, pela coordenação do sistema.
- Através da assessoria que cruza os dados das unidades prisionais, central de alvarás e infopen [...].
- Por meio de documentos formais.
- [...] a responsabilidade sobre os dados é de cada setor responsável, por exemplo, a Coordenadoria de Educação que fica localizada na sede administrativa desta autarquia é responsável pela coleta, controle, validação e confiabilidade dos dados estatísticos relacionados à educação prisional do Estado [...], logo a incumbência pelo gerenciamento desses dados junto às unidades penitenciárias é do referido setor, bem como todos os procedimentos formais a serem adotados.
- [...] A responsabilidade é apenas minha [do respondente] para conferir os relatórios das unidades prisionais. O setor do infopen funciona apenas como a minha participação e apoio de alguns diretores que enviam as informações quando possível, nem todas as unidades possuem internet, o que dificulta o processo.

- Ao final do mês, antes que as informações sejam enviadas, [...] São consolidadas e reenviadas às unidades para que os responsáveis verifiquem se há alguma inconsistência nas informações. Caso "sim", as informações são retificadas e é apurado onde ocorreu o erro.
- A partir do momento que as unidades prisionais enviam as informações, o setor compara e analisa os dados de acordo com o quantitativo da população carcerária.
- Levantamento mensal de informações prisionais, através de formulário e relatórios do sistema de inteligência e informação [...].
- Sistema Sic _ Sistema de informação.
- Alimentação de dados pelos Estabelecimentos Penais no SISPEN - Sistema de Informações Penitenciárias. Relatórios enviados via e-mail pelos Estabelecimentos Penais. Coleta de dados via telefone.

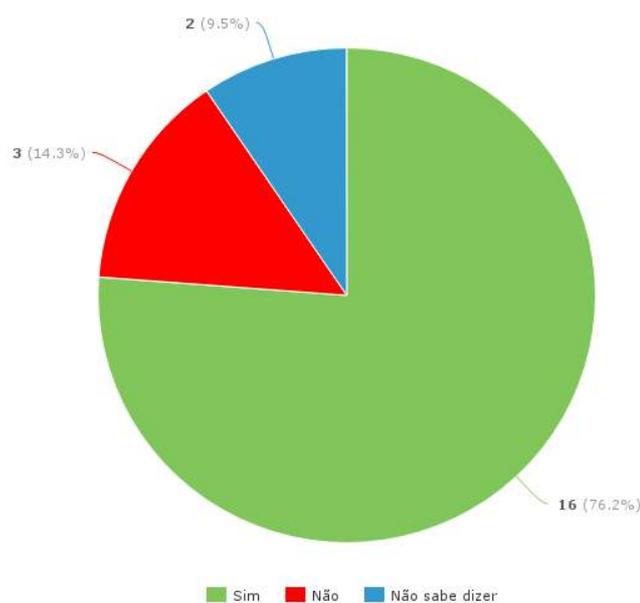
Ressalte-se que a questão da “contagem” é fundamental para o sistema prisional. Idealmente, não pode haver imprecisões na contagem, ainda mais num contexto de superlotação, onde cada vaga é importante e numa área afetada pelo problema de fugas e evasões. A quantidade deve ser exata assim como a localização e os dados para a correta individualização do preso. Pelo que se depreende das respostas dos gestores, esta rotina de controle parece ter se ampliado de alguma maneira para o setor de produção de informações, ao menos no que diz respeito aos dados elementares do sistema. Controle de consistência de dados é também uma preocupação comum dos profissionais de TI, que como visto, parecem atuar com relativa frequência na produção de dados do sistema prisional.

Gráfico 7 - Existe algum procedimento formal de controle adotado para checar a consistência dos dados?



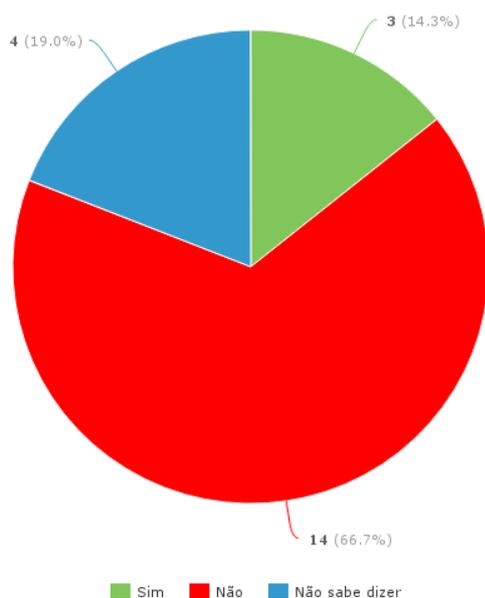
Perguntados pela existência de uma pessoa responsável pela qualidade dos dados, 16 UFs responderam que sim, 2 que não sabiam dizer e 3 que não havia.

Gráfico 8 - Existe alguém responsável pela qualidade de dados?



Para a grande maioria dos casos não há auditoria posterior no processo de informação estatística. Apenas 3 UFs afirmaram que existe auditoria. Esse não é um resultado surpreendente, haja vista o estágio de estruturação da área nas UFs. É importante que os estados tenham em mente que o controle externo é um fator importante de transparência da política pública e que planejem a implantação desse tipo de procedimento em um futuro próximo.

Gráfico 9 - Os procedimentos de coleta, preenchimento e estatísticas são auditados posteriormente por algum órgão externo?



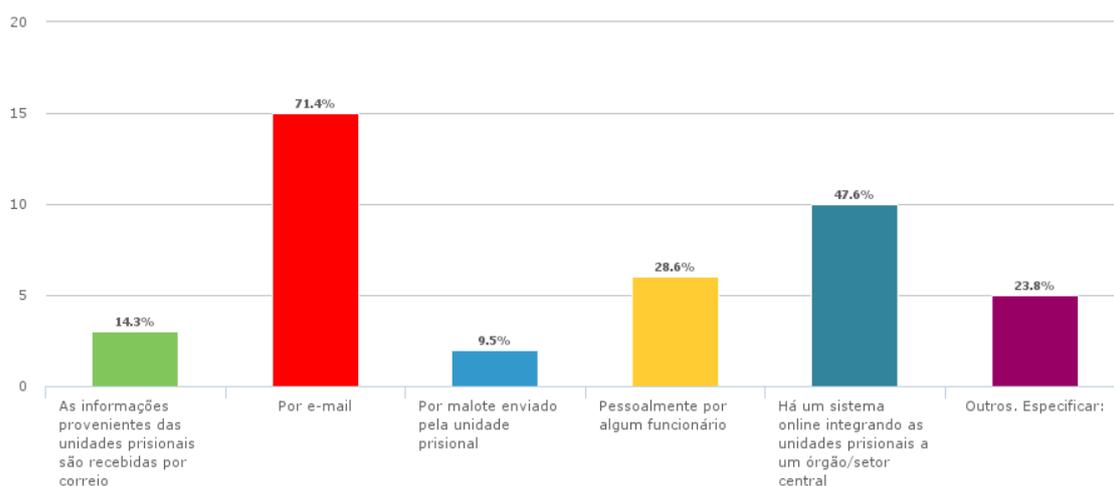
Em relação à cobertura, a maior parte dos gestores respondeu que o controle de informações atualmente cobre 100% dos estabelecimentos penais, embora apenas 11 deram a mesma informação em relação à população carcerária.

Tabela 8. Cobertura da informação estatística

Que porcentagem de cobertura estima-se que esteja coberta atualmente pelo controle das informações/estatísticas?		
Cobertura	Estabelecimentos Penais	População Carcerária
100%	14	11
de 80 a 99%	3	6
de 50 a 80%	2	3
Menor que 50%	1	0
0%	1	1

Em outra parte do questionário, foi perguntado se o estado possuía sistema *online* integrando as unidades prisionais a um órgão/setor central. Dos 10 estados que declararam possuir um sistema *online* integrando, 7 afirmaram que o controle de informações cobre 100% dos estabelecimentos penais e 100% da população carcerária. Vendo de outro modo, entre os 11 estados que cobrem 100% das informações da população e dos estabelecimentos, 7 possuem sistema integrado. Como seria de se esperar, a cobertura das informações é favorecida pela existência de um sistema.

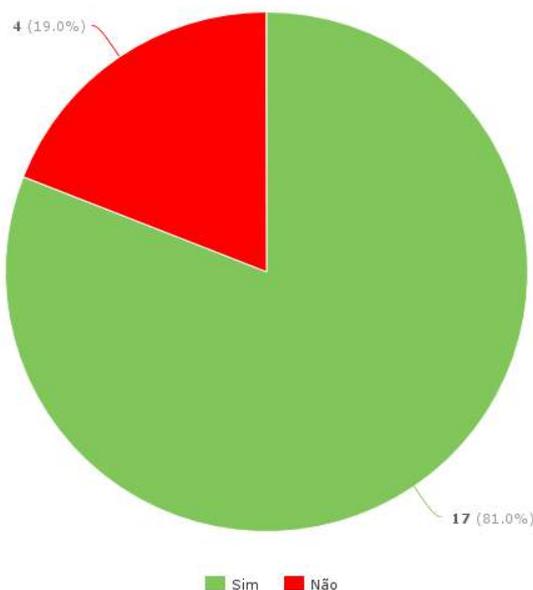
Gráfico 10 - Forma de recebimento das informações pelo setor central de produção da informação.



Ainda sobre o tema, foi perguntado também se existia sistema informatizado especializado para inserção dos dados dos presos e/ou estabelecimento. Embora 17 estados tenham declarado possuir algum tipo de sistema para inserção, entre eles, apenas 10 recebem as informações das unidades prisionais através de sistema *online* integrado a um órgão central. O que a análise cruzada desses dados parece apontar é que, embora existam sistemas em operação, a integração entre as bases de dados ainda precisa ser implantada em vários lugares. Em outras palavras, existem bases operacionais em utilização, provavelmente em unidades prisionais ou setores específicos, mas que não conversam entre si num mesmo estado. Não é possível saber se esses sistemas em operação atualmente são passíveis de serem integrados via algum tipo de módulo ou se é necessário construir um sistema novo para tanto.

Observe-se que em 13,3% dos casos os dados são recebidos pelo correio e em 9,5% por malote interno. Um sistema federal como o Sisdepen, neste sentido, pode suprir deficiências importantes na coleta em alguns Estados. Em metade dos Estados não existe um sistema integrado e a adoção do sistema federal, em tese, tem mais chance de ser bem sucedida nos lugares onde não existe nenhum sistema em funcionamento.

Gráfico 11 - Existe sistema informatizado especializado para inserção dos dados dos presos e/ou estabelecimento?

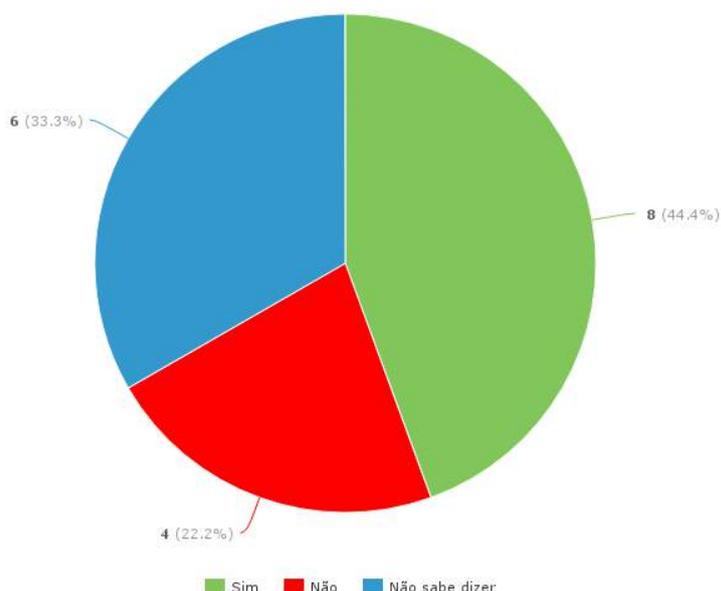


Vale anotar aqui que o gestor de Minas Gerais, por telefone, manifestou que o questionário era insuficiente para dar conta da amplitude da atividade que a UF vem desenvolvendo na construção de um sistema novo. Esse foi um dado interessante para a pesquisa que mostra que alguns estados têm potencial para não apenas produzir sua própria ferramenta, mas para transferir tecnologia a outras UFs, diminuindo custos de desenvolvimento para estados com orçamentos mais enxutos na

área. Essa economia, aliás, seria interessante para qualquer estado, mesmo aqueles com disponibilidade orçamentária. O Departamento Penitenciário Nacional poderia ajudar a coordenar esforços nesse sentido. Sabemos por exemplo que esse tipo de transferência de tecnologia foi feita pela Fundação Seade do estado de São Paulo que doou um sistema de desenvolvimento próprio à Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (Anipes) e que esse sistema foi posteriormente apropriado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos para estruturar o Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás.

Dentre os sistemas das 17 UFs, 8 têm algum tipo de checagem automática de consistência dos dados no momento do preenchimento, 3 não possuem e 3⁷ não souberam responder.

Gráfico 12 - Esse sistema prevê algum tipo de checagem automática de consistência dos dados, no momento da entrada?



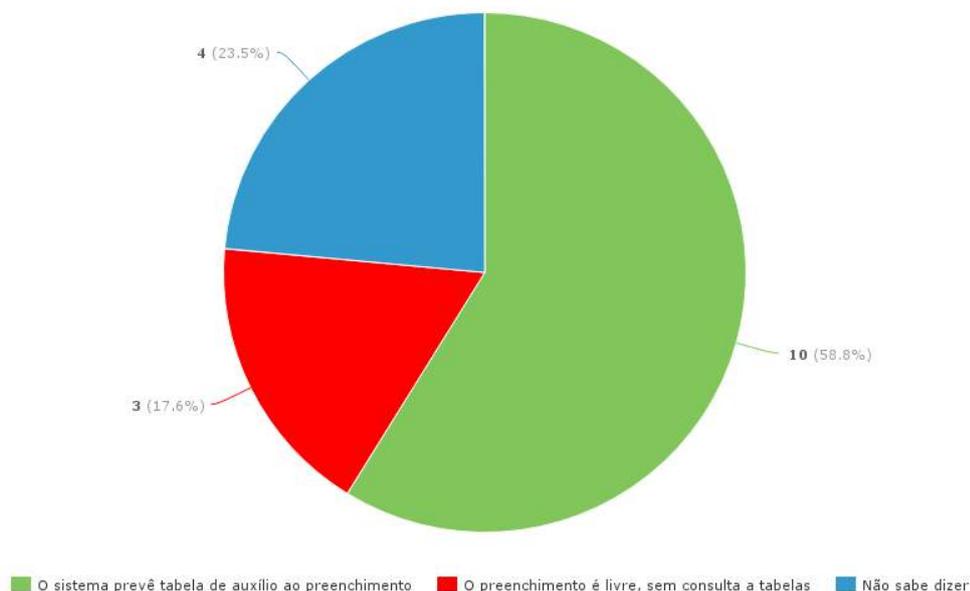
Quanto maior a estrutura carcerária de uma UF, maior será a quantidade de pessoas alimentando a base de dados, aumentando as chances de falhas. Nesse sentido, ferramentas de auxílio de preenchimento, tais como tabelas, listas de opções, etc. são bastante úteis para evitar erros de digitação/entrada. Dos sistemas nas 17 UFs, 10 deles, ou pouco mais da metade, têm tabelas de auxílio de preenchimento. Mais uma vez o desenvolvimento ou aperfeiçoamento dos sistemas pode se beneficiar das transferências de tecnologia entre os estados e entre estes e a Senasp.

Entre os sistemas existentes, 10 deles têm ferramentas de auxílio de preenchimento, o que facilita em grande medida o preenchimento, evitando erros cotidianos comuns e identificáveis no processo de teste do sistema. Essa é uma ferramenta relevante e deve ser amplamente divulgada como

⁷ A tabela apresenta 4 casos em que a resposta foi “não”. Um dos que responderam “não” sequer possuía sistema, conforme aferido pela pergunta anterior. Isso explica porque esta questão teve 18 respostas sendo que apenas 17 UFs declararam possuir sistema.

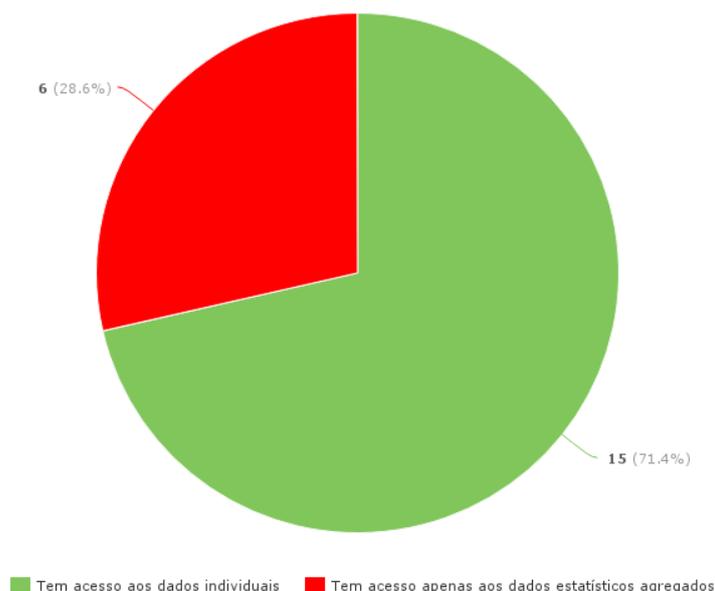
importante na produção de dados na ponta. Um sistema bem estruturado diminui os custos e tempo de treinamento dos usuários na ponta.

Gráfico 13 - Este sistema prevê tabelas de auxílio ao preenchimento, com campos previamente estabelecidos (ex: tabela de naturezas criminais) ou o preenchimento é livre?



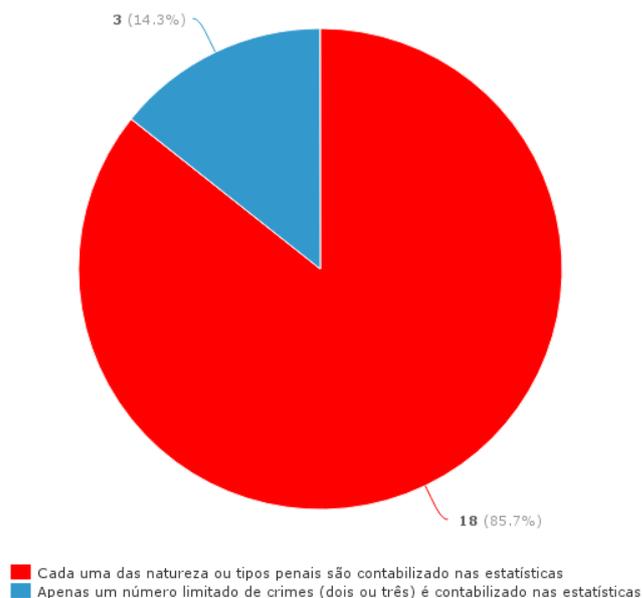
Dos 21 respondentes, 15 declararam que têm acesso aos dados individuais de cada preso e 6 que têm apenas acesso a dados agregados. O acesso a dados desagregados aponta para sistemas transacionais mais sofisticados e completos e devem ser o padrão almejado, com exceção de dados considerados sigilosos e que só possam ser acessados por setores específicos.

Gráfico 14 - O órgão de estatística tem acesso aos dados individuais de cada preso ou apenas a dados estatísticos agregados por unidade



Informações sobre a natureza criminal e sentenças de pessoas presas são bastante difíceis de obter em questionários que apresentam números agregados por unidade ou UF. De alguma forma, 18 das 21 UFs responderam ter acesso a dados individuais o que é um número razoável, mas que precisa ser melhorado. Uma vez que aparentemente boa parte das UFs dispõe dos dados completos dos apenados em suas bases, cabe ao Depen formular em seu sistema de coleta uma forma de captar esta que é uma informação muito valiosa para pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

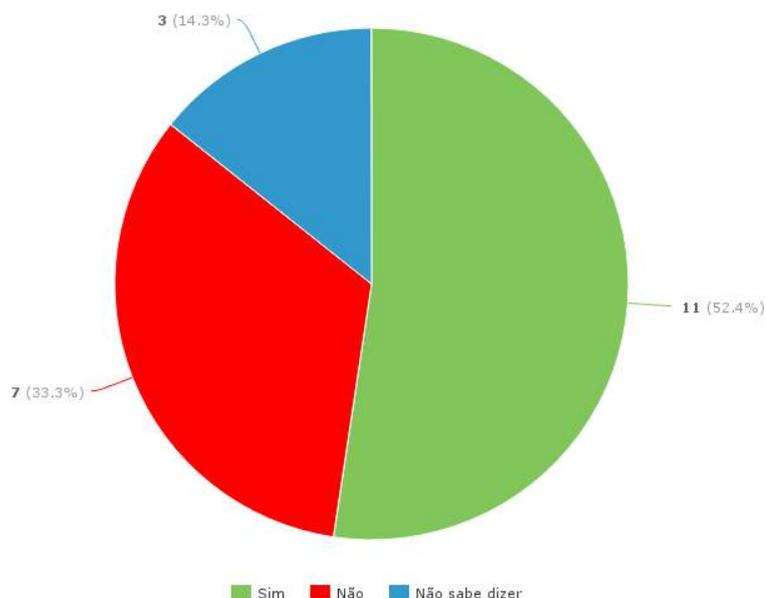
Gráfico 15 - É comum que para um mesmo indivíduo haja mais de uma condenação ou processo ou indiciamento. Nestes casos, como é feita a contagem da natureza do crime que motivou a prisão para efeitos das estatísticas?



4. PUBLICIZAÇÃO E USO DOS DADOS

Outro ponto que a pesquisa buscou aferir foi a prática de publicação de informações estatísticas por parte dos órgãos gestores. Como já foi apontado anteriormente neste relatório, as UFs enviam periodicamente dados sobre a população carcerária para o Departamento Penitenciário Nacional que torna os dados públicos via internet. De qualquer modo, a publicação de dados nos *websites* das próprias instituições estaduais de administração penitenciárias pode ser um indicador a respeito do avanço na política de transparência, que depende tanto da vontade dos gestores de alto escalão quanto da disponibilidade de infraestrutura e recursos humanos na ponta.

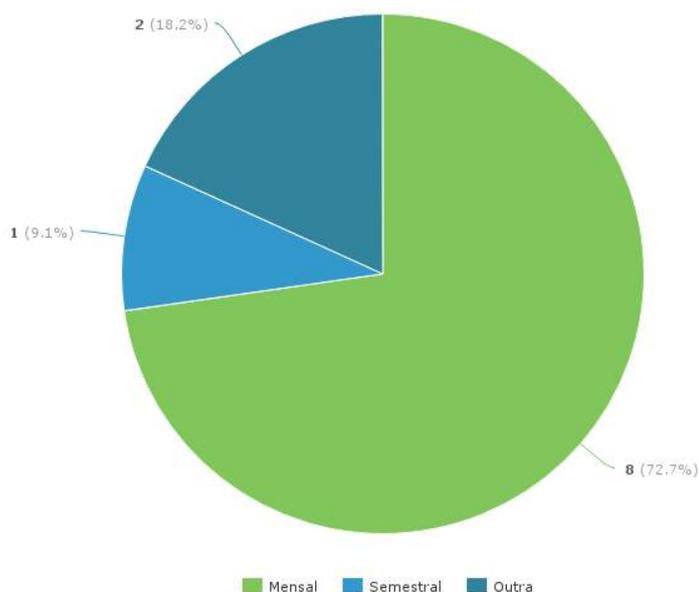
Gráfico 16 - As estatísticas penais/penitenciárias são publicadas em diário oficial, site da secretaria ou tornadas públicas de alguma outra forma?



Das 11 UFs que dizem publicar dados, 8 declararam que o fazem com periodicidade mensal, 2 com periodicidade semestral e 1 deles respondeu “outra”. Um dado interessante é que o Departamento Penitenciário Nacional realiza o levantamento junto às UFs a cada seis meses, de modo que se pode inferir que pelo menos 8 estados produzem estatísticas de forma mais frequente do que aquela que é demandada pela indução federal.

Comparando-se essa informação com o levantamento realizado pela equipe de pesquisa nos *sites* dos órgãos estaduais responsáveis pela administração penitenciária, encontramos que apenas 4 UFs tinham dados do ano de 2016 publicados na Internet (ver anexo 1). É possível que esses estados: a) publiquem os dados de forma desagregada, porém em publicações com uma série temporal de vários meses e que, portanto, essas informações ainda não estejam disponíveis na Internet; ou b) que os dados sejam publicados em outro meio como, por exemplo, no Diário Oficial do Estado.

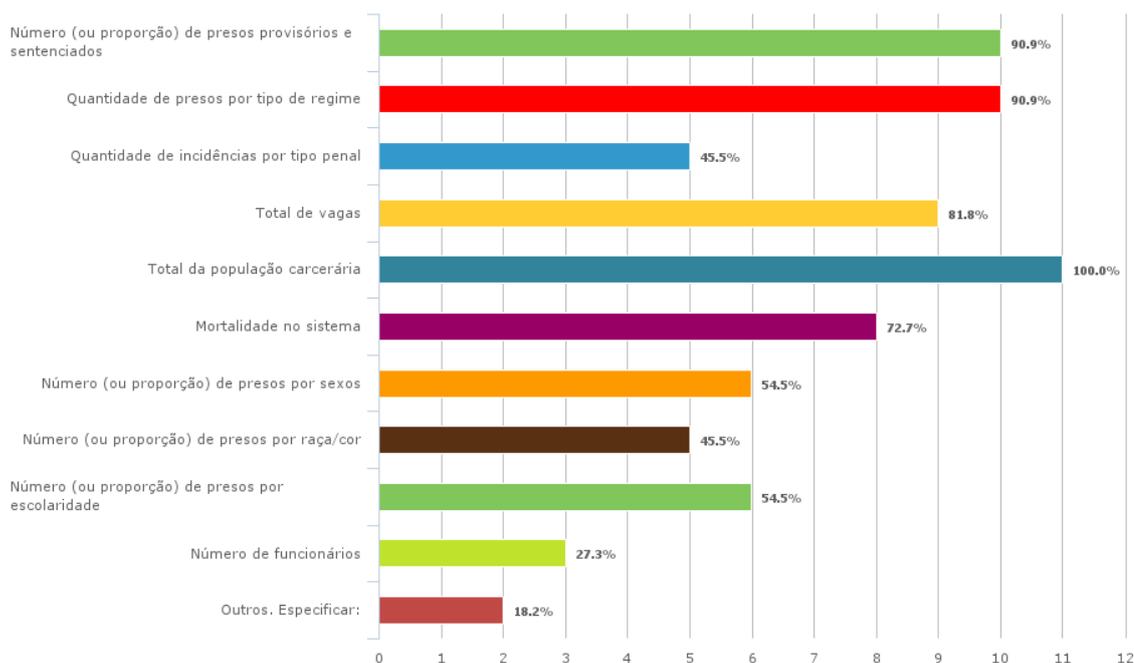
Gráfico 17 - Com que periodicidade as estatísticas são publicadas?



Em relação à pergunta do formulário “quais variáveis são tornadas públicas”, as respostas mais uma vez apresentam divergência em relação ao levantamento realizado junto aos *sites* das secretarias responsáveis pela administração prisional nas UFs. No levantamento foram encontradas informações sobre o total da população carcerária para 8 UFs ao passo que no questionário, 11 gestores informaram que esta informação é tornada pública. É possível que os gestores tenham considerado o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional - Depen, para o qual contribuem as 27 UFs⁸ além das informações divulgadas no *site* de internet da administração estadual. Outra possibilidade é que façam a publicação por outro meio que não a internet (ex.: Diário Oficial).

⁸ Mais informações sobre o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>

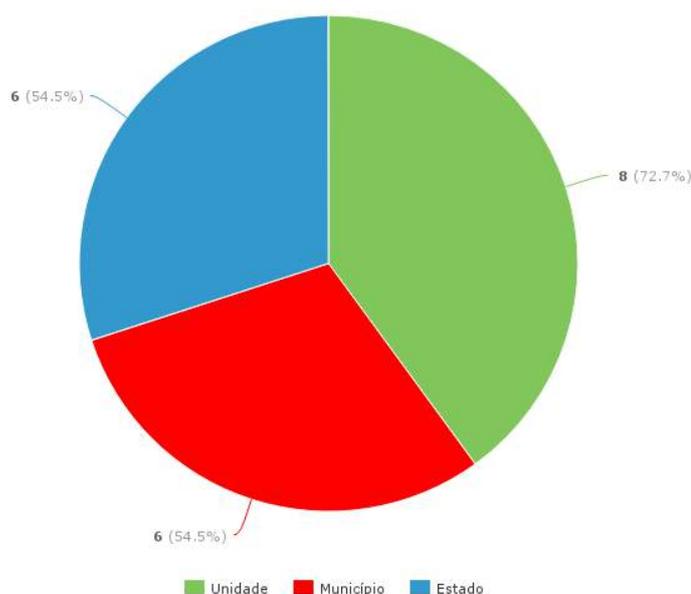
Gráfico 18 - Quais variáveis são tornadas públicas?



Apenas 45.5% dos gestores disseram tornar pública a quantidade de incidências por tipo penal, ou seja, quais os crimes que estão gerando mais prisões. Um dado básico para saber por que a população penal aumenta e que medidas poderiam ser adotadas para diminuir a população prisional.

Para fins de pesquisas - tanto acadêmicas quanto aplicadas - o maior nível de desagregação possível é o mais desejável. O melhor cenário possível seria a divulgação de dados individuais, com tratamentos que garantissem que a identificação das pessoas não fosse possível. Esses dados no entanto, podem ser fornecidos a pesquisadores e gestores com tratamento que garanta o anonimato e com compromisso de sigilo. Para ampla divulgação, dados de unidades são suficientes para o trabalho de controle social e vários tipos de pesquisas. Entre os estados que publicam dados, 8 apresentam dados desagregados por unidade, 6 por município e outros 6 não desagregam dados, apenas apresentam o total da UF. De qualquer modo, o mais importante de apresentar dados desagregados por unidade é que esses dados possam estar disponíveis mediante alguma política não arbitrária de fornecimento para pessoas e organizações interessados.

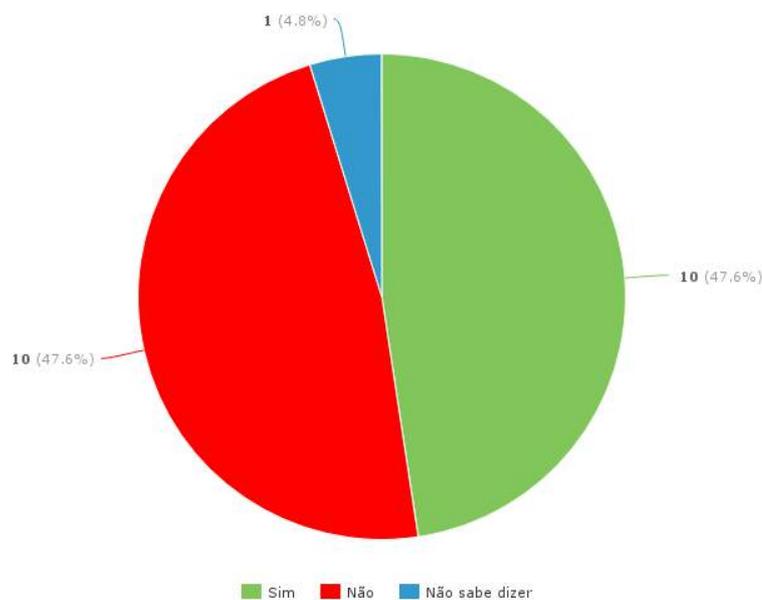
Gráfico 19 - Com qual nível de desagregação os dados estatísticos são publicados?



Quanto ao uso dos dados por parte das próprias instituições, metade dos gestores, aproximadamente, relatou fazer reuniões periódicas de apresentação e análise dos estatísticos, o que demonstra que os dados ainda são subutilizados. Considerando-se que 100% dos gestores afirmaram que a equipe reduzida dificulta a produção de relatórios e análises e 76% disseram que essas atividades são prejudicadas por recursos tecnológicos insuficientes, era esperado que boa parte não conseguisse também realizar a etapa seguinte do processo.

Como é comum nos setores de produção de informações, muito esforço é dedicado a coleta e pouco na exploração das tendências observadas e na discussão de políticas públicas para lidar com os gargalos identificados. A falta de cultura de gestão baseada em dados do setor público é uma das explicações para o fenômeno.

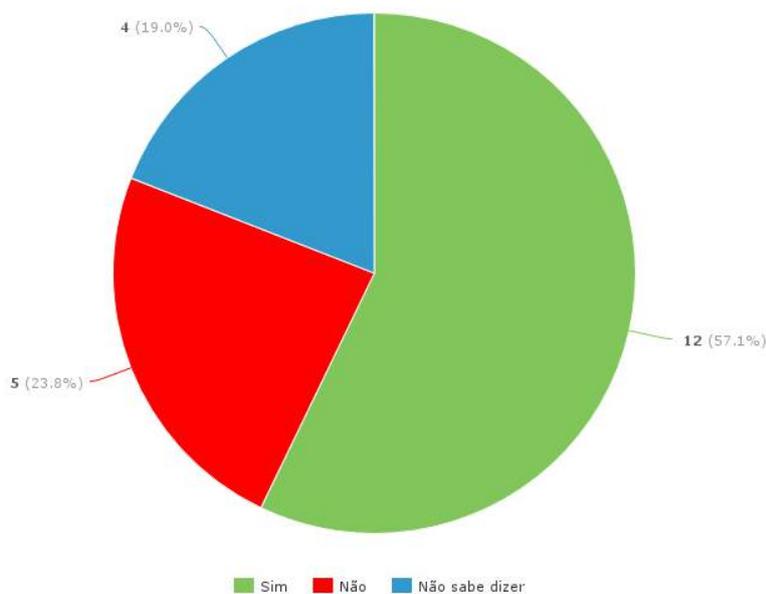
Gráfico 20 - Reuniões de análise e planejamento são realizadas periodicamente pelos gestores nas quais os dados estatísticos são apresentados e analisados?



12 estados responderam afirmativamente à pergunta sobre disponibilização sistemática de dados para estudiosos e acadêmicos. Embora não seja um número desprezível, é pouco mais da metade do total. É possível que esta área responda em geral à demanda da comunidade acadêmica e que os quase 20% de gestores que não souberam responder, ainda não tenham se deparado com essa demanda específica em seu dia a dia de trabalho.

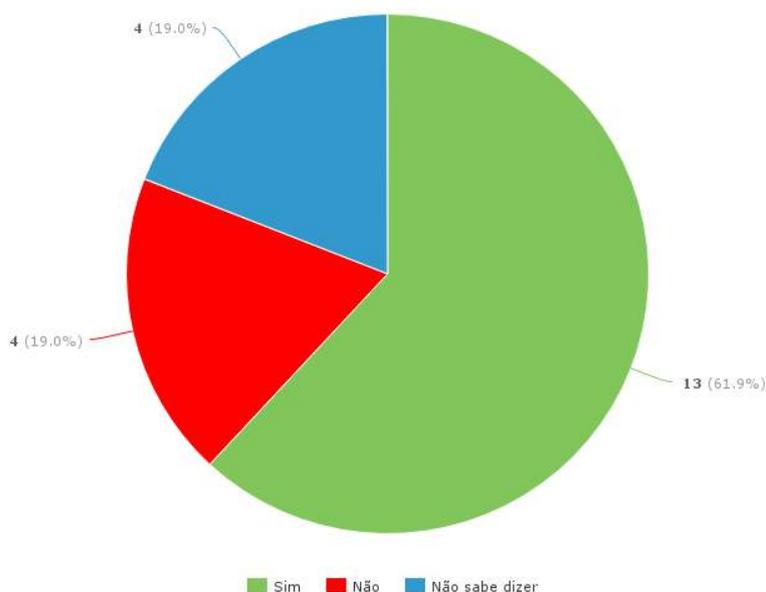
Como a administração penitenciária raramente dispõe de tempo e profissionais para a análise do dado, esta troca com os pesquisadores na academia poderia ser benéfica para o setor. A disponibilização de dados de segurança pública para a academia tem contribuído para o refinamento de diversas políticas públicas de segurança e existem exemplos de várias delas – como o Estatuto do Desarmamento – que tiveram origem em análises iniciadas pela comunidade científica.

Gráfico 21 - A base de dados é disponibilizada sistematicamente para uso de estudiosos e acadêmicos que pretendem explorá-las?



Como exposto anteriormente, o Departamento Penitenciário Nacional realiza levantamento semestral a respeito da população carcerária, unidades, servidores, etc. junto aos estados da federação. Mesmo assim, 4 estados responderam que não enviam informações regularmente ao Depen. Talvez o ponto sensível dessa questão seja a palavra “regularmente”. O sistema de coleta do censo penitenciário nacional mudou diversas vezes ao longo dos anos, bem como o período de coleta. Essas mudanças aparentemente refletem um desafio dos sistemas federativos para várias áreas da política e não apenas o sistema prisional.

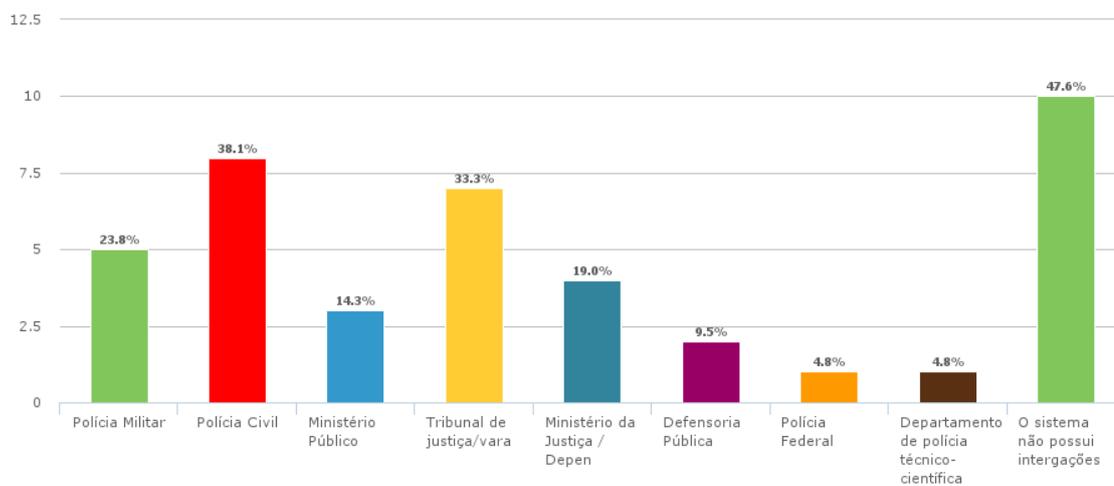
Gráfico 22 - O Estado envia regularmente suas estatísticas criminais para o Depen?



Por fim, o questionário buscou saber se havia integração via sistema entre o setor de produção da informação e outras instituições. Para 47,6% dos respondentes essa não é uma realidade. Embora o esperado fosse que as organizações possuíssem uma ligação mais frequente com os tribunais de justiça, encontramos que a ligação com a polícia civil é ligeiramente mais comum: 8 sistemas possuem integração com a polícia civil e 7 com o tribunal de justiça.

Num sistema de Justiça Criminal “ideal”, deveria ser possível seguir um indivíduo desde seu contato inicial com a polícia até a ponta do sistema, acompanhando a execução da pena até o momento da soltura. Ou mesmo etapas posteriores, de modo a acompanhar a reintegração do egresso. Todas as instituições do Sistema de Justiça Criminal deveriam ter sistemas integrados ou pelo menos a possibilidade de fazer consultas aos demais sistemas em busca de informações sobre o indivíduo. O gráfico sugere que estamos longe deste ideal.

Gráfico 23 - Existe sistema informatizado integrando as informações da sua organização com essas instituições?



5. O SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL

Tanto a polícia quanto a justiça federal têm jurisdição sobre crimes federais. O sistema penitenciário federal, no entanto, funciona a partir de uma lógica diferente e não está destinado a abrigar, exclusivamente, pessoas condenadas por crimes federais. Segundo o Regulamento Penitenciário Federal (Decreto Nº 6.049/ 2007):

Art. 3º. Os estabelecimentos penais federais têm por finalidade promover a execução administrativa das medidas restritivas de liberdade dos presos, provisórios ou condenados, cuja inclusão se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso.

Ou seja, tem por finalidade abrigar os cidadãos que representem um risco para a manutenção da ordem e da segurança da sociedade ou que tenham a segurança ameaçada nos presídios estaduais. Assim, tanto as unidades estaduais abrigam pessoas condenadas pela justiça federal quanto o sistema federal pode abrigar pessoas condenadas nas justiças estaduais das 27 unidades da federação.

Pelo seu objetivo, os presídios federais só possuem, pelo menos até o momento, vagas em regime fechado, seja para presos provisórios ou condenados. Os presídios federais abrigam também os presos em Regime Disciplinar Diferenciado.

O sistema penitenciário federal tem atualmente quatro unidades distribuídas em diversas regiões: Catanduvas/PR, Campo Grande/MS, Mossoró/RN e Porto Velho/RO. A quinta penitenciária federal está pronta para ser inaugurada em Brasília/DF.

A Diretoria do Sistema Penitenciário Federal faz parte do Departamento Penitenciário Nacional, que por sua vez é um órgão do Ministério da Justiça. O Levantamento Penitenciário Nacional (Infopen), é realizado junto ao gabinete da Diretoria do Depen a cada seis meses. Para os presídios federais esse levantamento é realizado de duas formas:

- A) Informações gerais sobre população prisional - perfil das pessoas privadas de liberdade, vagas, recursos humanos, saúde das pessoas presas, atividades de trabalho, estudos - são preenchidas pelo diretor de cada unidade em formulário eletrônico gerido pela assessoria da direção do Depen.
- B) Informações sobre movimentação das pessoas presas e outras informações consideradas sensíveis para a segurança do sistema são fornecidas pela Diretoria do Sistema Penitenciário Federal.

Em 2016 será publicada a 1ª Edição do Anuário do Sistema Penitenciário Federal com dados referentes a 2015. O anuário foi realizado pela equipe da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal (DISPF) e contém as seguintes variáveis: população carcerária, movimentações de internos, facções no Sistema penitenciário Federal (em porcentagem), assistência aos internos, unidade federativa de origem, perfil dos custodiados (faixa etária, naturalidade, estado civil, raça/cor, serviço militar, moradia, família, situação civil dos pais, relacionamento entre os pais, histórico criminal, renda familiar, filhos, religião ou crença, auxílio reclusão, visitação, uso de drogas, tentativa de suicídio, educação, escolaridade, abandono escolar, estudo em estabelecimentos prisionais, capacidade e

hábito de leitura, frequência da leitura e capacidade de escrita, trabalho, histórico profissional e profissionalização, atividade laboral nos estabelecimentos penais, atividades esportivas ou de lazer, tipo penal, histórico criminal, primeiro crime praticado, aspectos gerais, sociabilidade, tempo de pena, situação processual, situação criminal, progressão de regime, livramento condicional, motivos para inclusão no SPF, fugas ou tentativas de fuga, motins ou rebeliões, pontos positivos do SPF, pontos negativos do SPF.

6. CONCLUSÕES

A situação da produção de dados e informações sobre o sistema penitenciário nas unidades da federação aponta para desafios e oportunidades para toda a política nacional. Quando usamos o termo política nacional, estamos nos referindo a todas as esferas da política pública responsáveis pela administração penitenciária no país.

Por um lado, nem todas as UFs possuem sistema - operacional ou analítico - que permita a produção de dados e informações para análise da política pública. Entre as que possuem um ou mais sistemas, o cenário é heterogêneo em relação à integração desses sistemas entre a ponta - ou as unidades prisionais - e um órgão central.

Se a produção de dados ainda enfrenta dificuldades, utilizar os dados para análise e planejamento ainda não é uma realidade para diversos gestores. Por um lado, é compreensível que essas atividades sejam incluídas na rotina de forma gradual, dados os desafios que normalmente pontuam a estruturação da área de análise e planejamento. Por outro lado, a utilização dos dados pode tornar mais tangível para os gestores a importância do trabalho e apontar demandas que podem ser necessidade de adaptação ou correções na forma de produção e tratamento dos dados.

Com os sistemas estaduais em fase de estruturação, este é um momento crucial para a ação do Depen enquanto agente coordenador federal. Mais do que criar diretrizes e distribuí-las aos estados, o Depen pode incrementar as atividades de integração com a administração pública nos estados para pactuar procedimentos de qualidade, fornecer treinamento, ajudar os estados a fomentar sua própria produção de dados. Promover a transferência de tecnologia entre as UFs é também uma função que pode ser exercida pelo órgão nacional: um estado em vias de implementar um sistema pode se beneficiar largamente da experiência já desenvolvida de outros dado que as condições legais da aplicação da pena - Constituição, código penal e lei de execução penal - são comuns a todos.

Com todos os desafios que o sistema federativo impõe às políticas públicas, a heterogeneidade entre as 27 UFs é também uma fonte de inovação e criatividade a ser explorada e da qual todos os gestores podem se beneficiar e, sobretudo, pode beneficiar a política penitenciária nacional.

ANEXO I - ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UF	Setor responsável	Vinculado a	Publica dados online	Quais variáveis são publicadas	Dado mais recente
Acre	Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN)	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	Não	-	-
Alagoas	Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social	Governo do Estado	Sim	População carcerária por regime Excedente de pessoas Capacidade das unidades Presos estrangeiros Informações de contato de cada unidade prisional	2016
Amazonas	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	Governo do Estado	Não	-	-
Amapá	Instituto de Administração Penitenciária do Amapá - IAPEN	Informação não encontrada	Não	-	-
Bahia	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP)	Governo do Estado	Informação não encontrada (site fora do ar)	-	-
Ceará	Coordenadoria do Sistema Penal	Secretaria da Justiça e Cidadania	Sim	Informações gerais sobre as unidades prisionais Efetivo de presos	2014

Distrito Federal	Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal	Secretaria de Justiça e Cidadania	Não	-	-
Espírito Santo	Secretaria de Estado de Justiça. Segundo o site da instituição, a atribuição desta secretaria é exclusivamente "coordenação, articulação, planejamento, implantação e controle da Política Penitenciária Estadual.	Governo do Estado	Apenas informações descritivas e lista de fugitivos	-	-
Goiás	Gerência de Tecnologia da Informação - Superintendência de Administração Penitenciária	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIARIA E JUSTIÇA	Sim	Servidores Capacidade das unidades População carcerária e perfil populacional Presos por tipo penal	1º semestre de 2012
Maranhão	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	Governo do Estado	Não	-	-
Minas Gerais	Subsecretaria de Administração Prisional	Secretaria de Defesa Social	Informações básicas como número de unidades prisionais, população, número de	(Não foi possível consultar)	(Não foi possível consultar)

			presos estudando etc.		
Mato Grosso do Sul	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (autarquia)	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	Sim (Por uma indisponibilidade no site, só foi possível verificar as categorias que estavam publicadas, mas não foi possível verificar o conteúdo)	Números Gerais Faixa Etária dos Presos Tipos de Crimes Estrangeiros, Indígenas e Presos da Justiça Federal	2016
Mato Grosso	Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	Não	-	-
Pará	Superintendência do Sistema Penitenciário	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	Sim, tem uma publicação mensal "SUSIPE em Números", em arquivo formato pdf	População carcerária por tipo de regime Vagas Estrutura Presos por tipo penal e sexo Outras informações de perfil da população Atividades prisionais (trabalho, educação) Serviços, auxílios e benefícios Outros	Abril de 2016
Paraíba	Secretaria de Administração Penitenciária	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos	Sim	População carcerária por tipo de regime e	Fevereiro de 2016

		Humanos		por regiões integradas de segurança pública	
Pernambuco	Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES)	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	Não	-	-
Piauí	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos	Governo do Estado	Não	-	-
Paraná	Conselho Penitenciário do Paraná - COPEN e Departamento de Execução Penal do PR	Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária	Não	-	-
Rio de Janeiro	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	Governo do Estado	Não	-	-
Rio Grande do Norte	Coordenadoria de Administração Penitenciária	Secretaria de Justiça e Cidadania	Não	-	-
Rondônia	Gerência do Sistema Prisional - GESPEN	Secretaria de Justiça	Não	-	-
Roraima	Informação não encontrada	Secretaria de Justiça e Cidadania (segundo informação no site do Ministério da Justiça)	Não	-	-
Rio Grande	Superintendênc	Secretaria de	Há uma	Balanço de	2012/2013

do Sul	ia dos Serviços Penitenciários (Susepe)	Segurança Pública	publicação em pdf com balanço das atividades, chamado "Revista da SUSEPE"	atividades desenvolvidas nas penitenciárias	
Santa Catarina	Departamento de Administração Prisional	Secretaria de Justiça e Cidadania	Não	-	-
Sergipe	Conselho Penitenciário - COPEN	Secretaria de Justiça e de Defesa ao Consumidor	Não	-	-
São Paulo	Secretaria de Administração Penitenciária	Governo do Estado	Não, somente mapa das unidades prisionais	-	-
Tocantins	Superintendência do Sistema Penitenciário Prisional	Secretaria de Cidadania e Justiça	Sim	População carcerária por tipo de regime Comparativos	2015

(-) Não se aplica.

Anexo 2 – Instrumento de coleta junto aos estados

Diagnóstico da produção de informações estatísticas no Sistema Prisional

Informações Gerais

O presente questionário tem como objetivo levantar informações sobre a produção da informação sobre o sistema prisional por parte das secretarias, órgãos ou departamentos responsáveis pela administração penitenciária nas unidades da federação. É destinado a todos os atores institucionais que coletam dados e/ou produzem estatísticas e informações sobre: unidades prisionais, detentos, recursos humanos, ocorrências criminais nos estabelecimentos prisionais e assim por diante e/ou que encaminham dados para o Departamento Penitenciário Nacional. Nas instituições onde não existem formalmente unidades administrativas com as atribuições acima descritas, mas cujas atividades são realizadas por alguns profissionais, o questionário deverá ser respondido pelo profissional responsável. Nos estados, estas são definidas sob diferentes nomenclaturas, como: núcleo de estatística, coordenação de informação, departamentos de análise de dados, assessorias, entre outros nomes. Sendo assim, este questionário irá se referir genericamente a tais unidades administrativas (formalizadas ou não) como setor, e sua nomenclatura correta poderá ser informada no campo correspondente. Os dados provenientes deste questionário permitirão a realização de um diagnóstico sobre as condições de infraestrutura tecnológica, recursos humanos, perfil da equipe e produção de dados por parte da administração penitenciária nos estados.

Dados de identificação e contato

Variable	Response
Dados de identificação e contato 1. Nome do respondente:	(No response)
Dados de identificação e contato 2. Data	(No response)
Dados de identificação e contato 3. Órgão a que pertence	(No response)
Dados de identificação e contato 4. Estado	(No response)
Dados de identificação e contato 5. Cargo e/ou Função	(No response)

Endereço completo do departamento/setor

Variable	Response
Endereço completo do departamento/setor 6. Rua, número, complemento:	(No response)
Endereço completo do departamento/setor 7. Bairro:	(No response)
Endereço completo do departamento/setor 8. CEP:	(No response)
Endereço completo do departamento/setor 9. Telefone de contato (com DDD):	(No response)

Endereço completo do departamento/setor 10. Fax (com DDD):	(No response)
Endereço completo do departamento/setor 11. Endereço eletrônico (e-mail):	(No response)
Endereço completo do departamento/setor 12. Nome do responsável pelo setor:	(No response)
Endereço completo do departamento/setor 13. Cargo e/ou função do responsável pelo setor:	(No response)

Estrutura e institucionalização do setor de estatística e/ou produção e controle da informação

1. Qual o nome do setor responsável pela coleta das estatísticas penais/penitenciárias no seu Estado?

(No response)

2. A qual unidade administrativa da sua Instituição, o seu setor/departamento está diretamente subordinado?

(No response)

3. A criação e as atribuições e competências deste setor estão descritas em alguma portaria, boletim, decreto, regimento ou outro documento institucional?

(No response)

4. Informe a quantidade de profissionais existentes no setor e a quantidade que seria ideal para o desempenho das atividades, de acordo com as funções exercidas:

4.1. Estatístico

Se não souber, favor responder "Não sei dizer".

Variable	Response
4.1. Estatístico Quantidade existente	(No response)
4.1. Estatístico Quantidade ideal	(No response)

4.2. Analista de sistemas

Se não souber, favor responder "Não sei dizer".

Variable	Response
4.2. Analista de sistemas Quantidade existente	(No response)

4.2. Analista de sistemas Quantidade ideal	(No response)
--	---------------

4.3. Programador

Se não souber, favor responder "Não sei dizer".

Variable	Response
4.3. Programador Quantidade existente	(No response)
4.3. Programador Quantidade ideal	(No response)

4.4. Analista de suporte

Se não souber, favor responder "Não sei dizer".

Variable	Response
4.4. Analista de suporte Quantidade existente	(No response)
4.4. Analista de suporte Quantidade ideal	(No response)

4.5. Técnico de suporte

Se não souber, favor responder "Não sei dizer".

Variable	Response
4.5. Técnico de suporte Quantidade existente	(No response)
4.5. Técnico de suporte Quantidade ideal	(No response)

4.6 . Agente penitenciário

Se não souber, favor responder "Não sei dizer".

Variable	Response
4.6 . Agente penitenciário Quantidade existente	(No response)
4.6 . Agente penitenciário Quantidade ideal	(No response)

4.7. Estagiário

Se não souber, favor responder "Não sei dizer".

Variable	Response
4.7. Estagiário Quantidade existente	(No response)
4.7. Estagiário Quantidade ideal	(No response)

4.8. Outros

Se não souber, favor responder "Não sei dizer".

Variable	Response
4.8. Outros Quantidade existente	(No response)
4.8. Outros Quantidade ideal	(No response)
4.8. Outros Especificar "outros"	(No response)

5. Informe a quantidade de equipamentos existentes neste setor:

Variable	Response
5. Informe a quantidade de equipamentos existentes neste setor: Computador – desktop	(No response)
5. Informe a quantidade de equipamentos existentes neste setor: Computador – servidor	(No response)
5. Informe a quantidade de equipamentos existentes neste setor: Notebook - computador portátil	(No response)
5. Informe a quantidade de equipamentos existentes neste setor: Impressora plotter	(No response)
5. Informe a quantidade de equipamentos existentes neste setor: Scanner	(No response)
5. Informe a quantidade de equipamentos existentes neste setor: Outro. Especificar?	(No response)
5. Informe a quantidade de equipamentos existentes neste setor: Outro. Especificar	(No response)

6. Liste os softwares que este setor possui. Inclua todos os softwares utilizados pelo setor, sejam voltados para a produção de informações ou não.

(No response)

7. Esse setor tem acesso à internet banda larga?

(No response)

8. Quais são as atividades desenvolvidas por este setor:

Marque todas as opções que se aplicarem

(No response)

9. Indique as maiores dificuldades na produção de análises estatísticas e relatórios mais detalhados

Marque todas as opções que se aplicarem

(No response)

10. Existe dentro do setor alguém responsável pelo controle de qualidade dos dados coletados?

(No response)

11. Existe alguma resolução ou portaria da secretaria para envio de estatísticas por parte das unidades para o órgão/setor?

(No response)

12. Existe alguma resolução ou portaria da secretaria estipulando fluxos e prazos para o envio das estatísticas por parte do órgão/setor para o Depen?

(No response)

Publicidade dos dados

13. As estatísticas penais/penitenciárias são publicadas em diário oficial, no site da Secretaria ou tornadas públicas de alguma outra forma?

(No response)

Procedimentos de controle

1. Existe algum procedimento formal de controle adotado para checar a consistência dos dados?

(No response)

Se você respondeu sim, descreva.

(No response)

2. Caso ocorra uma alteração posterior nos dados, as séries estatísticas já publicadas são atualizadas?

(No response)

3. Os procedimentos de coleta, preenchimento e estatísticas são auditados posteriormente por algum órgão externo? (corregedoria, órgão estadual de estatísticas, etc.)

(No response)

Cobertura da coleta

1. Que porcentagem de cobertura no seu estado você estima que estejam cobertos atualmente pelo controle das informações/ estatísticas?

Variable	Response
1. Que porcentagem de cobertura no seu estado você estima que estejam cobertos atualmente pelo controle das informações/ estatísticas? (% dos estabelecimentos penais)	(No response)
1. Que porcentagem de cobertura no seu estado você estima que estejam cobertos	(No

atualmente pelo controle das informações/ estatísticas? | (% da população carcerária) response

Forma da coleta

1. Assinale de que forma as informações são RECEBIDAS das unidades prisionais e, na sequencia, qual o tempo de processamento dessas informações na sua instituição:

(No response)

2. Existe sistema informatizado especializado para inserção dos dados dos presos e/ou estabelecimento?

(No response)

3. O órgão de estatística tem acesso aos dados individuais de cada preso ou apenas a dados estatísticos agregados por unidade.

(No response)

4. É comum que para um mesmo individuo haja mais de uma condenação ou processo ou indiciamento. Nestes casos, como é feita a contagem da natureza do crime que motivou a prisão para efeitos das estatísticas?

(No response)

Utilização dos dados

1. Reuniões de análise e planejamento são realizadas periodicamente pelos gestores nas quais os dados estatísticos são apresentados e analisados?

(No response)

2. A base de dados é disponibilizada sistematicamente para uso de estudiosos e acadêmicos que pretendam explorá-las?

(No response)

3. O Estado envia regularmente suas estatísticas criminais para o Depen?

(No response)

4. Existe sistema informatizado integrando as informações da sua organização com:

Marque todas as que se aplicarem

(No response)